

## Povos Indígenas no Brasil

Fonte: Jornal de BrasíliaClass.: Garimpo

116

Data: 19/01/86

Pg.: \_\_\_\_\_

**Massacre ainda não esclarecido**1468  
Memélia Moreira

Afinal, houve ou não o massacre dos Tukano? Essa é uma pergunta cuja resposta deve ser dada no futuro. Talvez eles estejam vivos. Talvez tenham sido assassinados da mesma forma que os Cinta-Larga em 1962. Na ocasião, o massacre promovido pela empresa Arruda Junqueira foi negado com ênfase semelhante e notas oficiais iguais às distribuídas pela Funai ao longo dessa semana. E, dez anos depois, em 1972, a verdade: os Cinta-Larga foram massacrados. Naquela altura, o impacto foi menor porque dos mortos não restavam mais nem cinzas.

A história do possível massacre dos Tukano, nas margens do rio Castanha, na região de Pari-Cachoeira, quando teriam sido mortos entre 60 (primeira informação) a 70 índios, carrega uma triste realidade: o descrédito das instituições junto à opinião pública. Depois de 20 anos de mentiras, manipulação de dados da inflação, do custo de vida, do destino de algumas pessoas, tornou-se difícil acreditar nos órgãos governamentais, principalmen-

te a Funai, talvez a mais desgastada de todas as instituições públicas. Um desgaste que até seu presidente, Apoena Meireles, reconhece e quer modificar. "mudar a imagem".

A Funai tem exatamente 20 anos. Foi criada em 1966 pelo então presidente da República, marechal Castelo Branco, o primeiro do ciclo militar. O órgão substituiu o moribundo SPI (Serviço de Proteção aos Índios), extinto porque sua imagem chegara no último degrau de credibilidade e corrupção. Nesses 20 anos, a Funai repetiu a trajetória do SPI. E não foram duas, dez, trinta ou 50 vezes que suas notas oficiais eram desmentidas pelos fatos. Um exemplo recente: julho de 82, grassava uma epidemia no Xingu, de sarampo e pneumonia. Diariamente, a Assessoria de Imprensa divulgava boletins afirmando que as doenças estavam sendo controladas. Num sábado, um jornal paulista mandou seu repórter ao Xingu: constatou-se que 16 mortos era o primeiro saldo das epidemias. E a Funai foi obrigada a abrir inquérito contra os médicos.

**Relações**

Em se tratando das relações entre índios, garimpeiros e empresas mi-

neradoras, o descrédito cresce ainda mais. Há pouco tempo, em 1981, o ex-presidente João Baptista Figueiredo reduziu uma área indígena, inexplicavelmente. Apenas inexplicável para quem não conhecia as amizades do Presidente. Seu amigo Otávio Lacombe, um dos sócios da empresa de mineração Paranapanema, queria entrar na reserva dos Waimiri-Atroari. A lei não permitia. Um decreto presidencial facilitou a entrada.

A mesma Paranapanema está na área dos índios Tukano. Só para sua subsidiária, Rio Marmelos, ela conta com dez alvarás de exploração de minérios. Cada alvará, conforme o exigido por lei, dá direito à empresa de explorar dez mil hectares. Ou seja, a Paranapanema controla cem mil hectares de terra em pleno território Tukano. E o assessor de Segurança e Informação do órgão, Reginaldo Gusmão, manda um radiograma afirmando que a área não está aberta ao garimpo. Está. Os alvarás foram concedidos em 15 de agosto de 1985 e são assinados pelo presidente do DNPM. Foi mais uma inverdade. E escrita num documento oficial.